

PROPOSTA DE AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

I - APRESENTAÇÃO

Este projeto de avaliação institucional teve como eixo norteador às orientações gerais fornecidas pelo MEC e o roteiro de orientação, que foi importante instrumento para subsidiar a construção da proposta de avaliação que consta de objetivos, metas, metodologia que será utilizada para o desenvolvimento do projeto e ainda um cronograma e a descrição de atividades que serão desenvolvidas no decorrer do processo de avaliação da Faculdade Tobias Barreto. Foi necessário também, contextualizar historicamente a instituição, permitindo que a realidade social fosse percebida em sua globalidade e complexidade.

Cabe salientar que a proposta de auto-avaliação apresentada neste projeto considerou as dez dimensões estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, artigo 3º que conduzem a avaliação em seus aspectos institucionais, administrativos, pedagógicos, financeiros e o comprometimento com a sociedade. Pela análise destas dimensões, situadas na realidade da Faculdade Tobias Barreto pode-se propor políticas institucionais capazes de promover a Educação Superior.

De acordo com as orientações gerais para o roteiro de auto-avaliação das instituições, os objetivos propostos da avaliação interna dizem respeito à finalidade, identificação de deficiências e problemas, consciência pedagógica, relacionamento entre os que fazem a Instituição e ainda a relevância social e científica das atividades desenvolvidas. Através da auto-avaliação, a Instituição irá construir o conhecimento sobre sua própria realidade, identificando os pontos nevrálgicos a partir da participação da comunidade acadêmica que terá condições de apontar os caminhos que deverão ser perseguidos e dessa maneira, poderá influir positivamente para a construção do conhecimento útil para a sociedade.

JUSTIFICATIVA

A Educação Superior no Brasil tem apresentado um perfil que se caracteriza por alterações em sua configuração. Há um aumento considerável de instituições, principalmente privadas que se expandem pelo território brasileiro para atender uma demanda egressa do ensino médio e que procura atender as exigências de um mercado flexível, de uma revolução tecnológica e de novas formas de organização e gestão.

É o desafio que as instituições têm que enfrentar. Ao mesmo tempo em que são condição para o desenvolvimento, são também resultado das determinações econômicas e sociais, daí existir limitações de ordem financeira, política e econômica para a realização de pesquisas que possam



garantir a existência de uma sociedade em que os bens materiais, culturais e sociais estejam acessíveis para o conjunto da população.

As mudanças que têm ocorrido na atualidade são promovidas principalmente, por inovações científicas oriundas de universidades e centros de pesquisa, mas por outro lado, a situação da educação no Brasil revela um quadro em que os alunos de diferentes níveis de ensino não conseguem demonstrar o domínio de conhecimento necessário. No caso do ensino fundamental, os alunos sequer escrevem e interpretam pequenos textos. Apesar dessas situações parecerem opostas demonstram a contradição da sociedade brasileira: uma forte concentração de riqueza que distancia as classes sociais e expropria do cidadão comum sua condição de viver, negando-se o direito à educação de qualidade.

A política educacional brasileira é reveladora das contradições sociais. É formulada a partir de uma visão setorializada e tem privilegiado a educação básica, especificamente o ensino fundamental que aparece como direito do cidadão ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar. Como consequência, a Educação Superior tem recebido um financiamento insuficiente para dar a educação seu caráter de emancipação o que pode ser percebido na precariedade da produção científica e na banalização da ciência, com a existência de instituições de ensino que apenas reproduzem o saber produzido, distanciando-se da pesquisa e da extensão.

De acordo com a LDB (Lei nº 9.394) a Educação Superior em seu artigo 43 e nos incisos que o seguem tem como finalidade estimular a criação cultural e desenvolvimento do espírito científico, formar profissionais aptos para promover o desenvolvimento da sociedade, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, divulgar os conhecimentos culturais científicos e técnicos, estimular o conhecimento dos problemas do mundo, especificamente os regionais e nacionais e promover a extensão, visando difundir as conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas nas instituições. Pelo exposto, percebe-se que a Educação Superior tem um papel de estar na vanguarda da produção científica, voltada para a promoção do bem estar da sociedade.

É o seu caráter de pensar os problemas, humanizar a modernidade, produzir e dominar a tecnologia para o benefício do homem que faz da Educação Superior estratégia para a emancipação da sociedade. Dessa forma, a ela deve ser direcionado um processo avaliativo que contemple mais do que a aferição de resultados, mais do que uma avaliação como mecanismo de seleção, certificação, classificação, regulação controle e monitoramento. É necessário avaliar se os objetivos das instituições superiores estão sendo alcançados e quais as contribuições dessas instituições para a sociedade brasileira em seu conjunto.

A política de avaliação da Educação Superior tem sofrido algumas alterações desde a sua implementação, mas foi na década de 90 que se criou uma cultura avaliativa com a instituição do Exame Nacional de Curso – ENC (Provão em 1996) que avalia os alunos. Além do Exame nacional de Cursos foi implantado ainda a Avaliação das Condições de ensino (ACE) que avalia a organização didático-pedagógica, o corpo docente e as instalações dos cursos.

As críticas feitas a esse processo de avaliação afirmam que apenas mede-se o resultado final, enquanto aspectos relevantes são desconsiderados o que não permite ter um perfil e um diagnóstico da situação das instituições do país. O amadurecimento da discussão sobre a avaliação tem levado o MEC a incorporar outros aspectos além dos já citados. Para o MEC é preciso avaliar a capacidade institucional e a responsabilidade do curso para com a sociedade. Com isso, acredita-se estar construindo um Ensino Superior com qualidade científica, comprometida com a solução dos problemas nacionais, portadora de critérios de avaliação claros, alicerçada no pluralismo e na equidade.

A avaliação institucional do MEC tem como desafio reverter a atual situação em que encontra as instituições de ensino superior e primar por uma educação de qualidade através do controle e monitoramento do MEC como agência reguladora.

Segundo proposição do MEC, a avaliação está assentada em dois mecanismos. Um procedimento avaliativo formulado pelo MEC (externo) e um outro desenvolvido no âmbito da própria instituição. É a auto-avaliação conduzida de acordo com as orientações da lei nº 10.861/2004 que afirma em seu artigo 11 que cada instituição de ensino superior deve constituir sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) para conduzir os processos internos de avaliação, com a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e com atuação autônoma.

A Faculdade Tobias Barreto para atender as determinações legais e também preocupada em avançar qualitativamente como instituição que tem compromisso com a sociedade propõe-se a desenvolver um processo avaliativo interno que a coloque como objeto de avaliação de maneira coerente e que subsidie para que o diagnóstico feito possa ser o ponto de partida para as ações da instituição.

A auto-avaliação permitirá um debate crítico, discussão dos problemas sob a ótica dos diversos segmentos que formam a instituição para que as definições e objetivos sejam planejados priorizando a resolução dos problemas e para a promoção da superação das dificuldades institucionais.

METAS

A auto-avaliação da instituição requer que sejam definidas metas de curto, médio e longo prazos. Essas metas devem direcionar-se para uma avaliação que seja prospectiva a partir de uma intensa reflexão do momento presente, identificando os pontos críticos, apontando soluções e estabelecendo uma dinâmica capaz de compreender processualmente a complexidade das relações da instituição.

São metas de curto prazo:

- Criar um ambiente favorável para promover a auto-avaliação através de seminários, palestras e discussões em sala de aula.
- Divulgar a importância da auto-avaliação, utilizando os meios de comunicação existentes na instituição.
- Organizar um calendário de atividades que possa apresentar a proposta de auto-avaliação.

São metas de médio prazo:

- Instrumentalizar a instituição de mecanismos de avaliação
- Alimentar um banco de dados com as informações obtidas através de questionários e entrevistas Institucionalizar as reuniões, encontros e palestras para a realização de um trabalho efetivo de avaliação institucional.

São metas de longo prazo

- Incorporar no cotidiano da instituição a prática de avaliação participativa, considerando as contribuições de todos os segmentos da comunidade acadêmica.
- Utilizar os resultados da avaliação para elaborar propostas de trabalho das atividades desenvolvidas pela instituição

OBJETIVOS

Geral

- Promover um debate institucional a fim de desenvolver uma auto-avaliação que considere os aspectos relevantes para a melhoria da qualidade da educação, diagnosticando os problemas e construindo um perfil da institucional que revele um compromisso com o desenvolvimento da sociedade.

Específicos

- Instituir uma política de avaliação para que se crie uma cultura avaliativa na instituição voltada para o acompanhamento, fiscalização e controle das ações desenvolvidas pela Faculdade.
- Discutir os problemas da instituição em seus múltiplos aspectos pedagógicos, administrativos, científicos, técnicos, de gestão e financeiros.

- Elaborar um programa de avaliação da instituição com a participação dos segmentos da comunidade universitária.
- Apontar propostas para a superação das dificuldades institucionais, considerando a relação existente entre a Faculdade e a realidade social que a cerca (local, regional, nacional).

METODOLOGIA

Instaurar um processo avaliativo requer uma acuidade metodológica que possa dar conta da complexidade e diversidade social, administrativa, pedagógica, científica e financeira que envolve a instituição. Torna-se, então necessário que os procedimentos metodológicos permitam que a avaliação contribua efetivamente para a reflexão, o aperfeiçoamento, o planejamento e a gestão da instituição. Para isso, é imprescindível que se estabeleça um debate constante entre os segmentos da comunidade acadêmica com autonomia para expor suas idéias, percepções e opiniões, assim como suas impressões sobre a faculdade. Dessa maneira, serão importantes os seguintes procedimentos:

- Sensibilização da comunidade acadêmica através reuniões periódicas com os seus segmentos para que se estabeleça um diálogo e sejam percebidas as insatisfações e expectativas de cada segmento individualmente.
- Definição dos aspectos relevantes para elaboração do plano de avaliação institucional
- Discussão e elaboração dos instrumentos de avaliação
- Apresentação do plano de avaliação à comunidade acadêmica
- Aplicação dos instrumentos de avaliação
- Tratamento e sistematização dos instrumentos de avaliação
- Elaboração de relatório com os resultados da avaliação
- Divulgação dos resultados da avaliação

DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O processo avaliação ocorrerá dentro de um sequenciamento de ações que possa dar conta da complexidade das relações existentes na Instituição, como também será feito na perspectiva de analisar a coerência entre o proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a realidade vivenciada no cotidiano da Instituição. Assim, será eixo norteador da auto-avaliação o prescrito no PDI, tendo como foco da análise a missão da Faculdade. A materialização da missão representa o esforço de realização da proposta da Instituição e é visualizada nas atividades e práticas pedagógicas, administrativas e financeiras. A infra-estrutura existente é também reveladora da materialização da missão.

Dessa forma, a auto-avaliação será desenvolvida relacionando a missão e o PDI com as demais dimensões propostas pelo SINAES por entender que deve haver sintonia entre tais dimensões e a finalidade e missão da instituição..

ESQUEMA NORTEADOR DA AUTO-AVALIAÇÃO DA FACULDADE TOBIAS BARRETO

